

Procurador pede explicações a

O procurador-geral do Distrito Federal, Alfredo Henrique Brandão, requereu, ontem, ao presidente do Tribunal de Justiça do DF, a notificação judicial do deputado distrital José Edmar de Castro Cordeiro, para que preste explicações, no prazo de 48 horas, sobre suas declarações ao Jornal de Brasília, publicadas na edição de ontem, sob o título "José Edmar convoca inquilinos para invasão".

O procurador reporta-se à notícia, que dá conta de que o deputado está convocando 20 mil pessoas para invadir área pública do Distrito Federal, sendo que no próprio dia 12, às 15h00, o parlamentar aportaria à imprensa a área que será invadida. "A notícia traz ainda uma reprodução de um informativo editado pelo gabinete do deputado distrital, utilizando papel timbrado da Câmara Legislativa e fornecendo, para contatos, o telefone do gabinete", acrescenta a petição.

Na opinião do procurador-geral, "as ações do parlamentar não têm qualquer relação com o cumprimento do mandato e importam em ilícitos contra a Administração Pública". Para Alfredo Brandão, "se confirmados os fatos imputados ao deputado, exsurgem prejuízos patrimoniais e morais para o Distrito Federal tanto na área criminal como na cível, passíveis de reparação via ação judicial". A invasão supostamente pretendida acaso procedida em área pública se encontra tipificada no artigo 20 da Lei nº 4.947/66, se procedida em área particular, no artigo 161 do Código Penal Brasileiro. "Por qualquer sorte, o deputado distrital está infringindo o Código Penal, ao fazer a apologia do crime", diz o requerimento.

Por tudo isso, o procurador-geral requer seja expedido mandado de notificação do deputado José Edmar Cordeiro, "para que preste

explicações sobre os fatos ilícitos que lhe são imputados".

"É uma excelente oportunidade para fazer valer a lei. Para que eu possa levar ao procurador as razões pelas quais resolvi fazer este protesto". As palavras são do deputado José Edmar Cordeiro, ao tomar conhecimento que será notificado pela Justiça a prestar esclarecimentos em 48 horas, sobre sua pretensão do invadir uma área próxima a Taguatinga, junto com 20 mil inquilinos.

O deputado disse que terá prazer em responder à notificação judicial, pois tem farta documentação provando as irregularidades cometidas na ocupação da área. Confirmou que está convocando os inquilinos para ocuparem a área invadida pelos ricos. "Já que a invasão dos ricos tem garantia do governo, pelo princípio da igualdade, a dos pobres também deve ser garantida", disse.

Edmar sobre invasão